

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE GOIANO: OS MITOS E OS DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Adriano Rodrigues de Oliveira – Universidade de Rio Verde-GO
adrianooliveira@fesurv.br

Introdução

No presente trabalho procuramos analisar o processo de reconfiguração do território do sudoeste goiano a partir da inserção de atividades agrícolas vinculadas ao setor de agronegócio que via de regra é pautada nas exportações de *commodities* e/ou produtos agroindustrializados. (Mapa 01).

O sudoeste goiano vem sendo profundamente transformado pelas mudanças no uso e ocupação do território, que têm afetado não somente o estado de Goiás como toda a região Centro-Oeste que tem na configuração topográfica do cerrado um dos principais ingredientes para incorporação tecnológica via pacotes da "Revolução Verde".

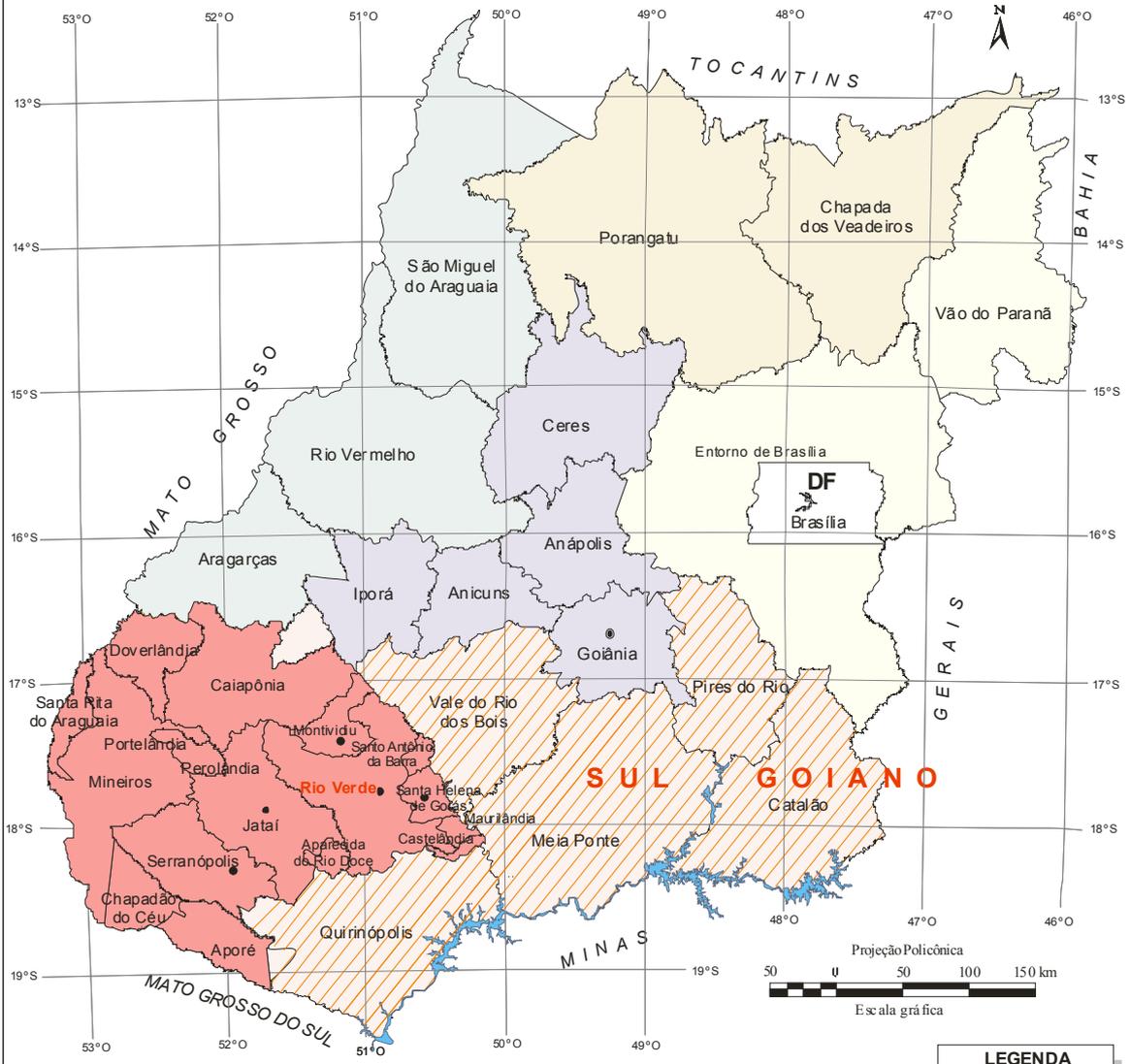
A fundação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO), em 1975, no município de Rio Verde veio atender aos interesses da aliança estabelecida entre o governo ditatorial e o capital industrial estrangeiro que objetivavam criar na agricultura brasileira uma demanda rápida e progressiva pelo arsenal tecnológico "moderno", tendo em vista que a COMIGO foi a primeira unidade agroindustrial a processar e esmagar a soja no estado de Goiás já no início da década de 1980. (GONÇALES, 2003).

No final da década de 1990, o poder público goiano, pautado na ostensiva política de "guerra fiscal" e consubstanciado num projeto de desenvolvimento agroindustrial intitulado "Projeto Buriti", negociou a instalação da empresa de frigoríficos de derivados de aves e suínos Perdigão S/A, que implantou no município de Rio Verde o maior complexo agroindustrial de abatimento de aves e suínos da América Latina, visando aumentar em 30% a capacidade produtiva da empresa, que estava comprometida devido ao esgotamento da fronteira agrícola na região sul do país, onde a empresa concentrava o seu parque industrial.

Conforme informações disponibilizadas pela empresa, atualmente a unidade tem uma capacidade diária de abatimento de 350 mil aves/dia e 3,5 mil suínos/dia, tendo faturado o montante de R\$ 5,5 bilhões no ano de 2004.

Esses números têm sido alcançados a partir de um "novo" modelo de integração produtor-agroindústria, que vem sendo consolidado pelas grandes empresas do complexo de carnes na região Centro-Oeste, que na busca de aumentar os índices de produtividade e competitividade têm substituído os pequenos produtores familiares (sistema que alavancou o setor na região sul do país) pela produção em grande escala desenvolvida por empresários rurais vinculados a produção de grãos. (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003).

MAPA 1 - ESTADO DE GOIÁS: MESORREGIÕES E MICRORREGIÃO DO SUDESTE GOIANO



LEGENDA

Mesorregiões

- Noroeste Goiano
- Centro Goiano
- Leste Goiano
- Norte Goiano
- Sul Goiano
- Sudoeste Goiano

Microrregião

- Sudoeste Goiano

FONTE:
 Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO.
 Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999
 (base cartográfica).
 IBGE. Divisão de Pesquisa de Goiás. Composição
 das Mesorregiões do Estado de Goiás, 1996.

ORGANIZAÇÃO:
 Claudécir Gonçalves

Cartografia digital:
 Loçandra Borges de Moraes

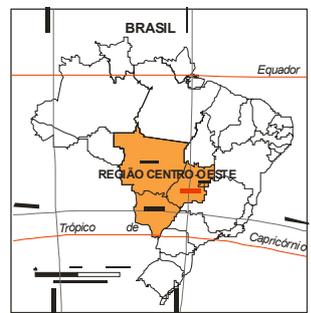




Figura 1: Vista aérea do Complexo Agroindustrial da Perdigoão em Rio Verde.
Fonte: Arquivos da Empresa, 2005.

O avanço do agronegócio no sudoeste goiano

Para discutirmos a inserção e expansão do agronegócio na região do sudoeste goiano, é importante destacarmos que esse processo está inserido no modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil desde o período ditatorial, viabilizado pela instauração do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) em 1965, que subsidiava a aquisição de máquinas e fertilizantes industrializados.

Sabemos que a conjuntura política no país no final da década de 50 e início dos anos 60 fervilhava em função das crescentes manifestações de movimentos populares oriundos da cidade e do campo, à exemplo das Ligas Camponesas emergidas na região Nordeste.

As crescentes pressões populares levaram o governo João Goulart a colocar a reforma agrária como um dos componentes essenciais das suas “reformas de base”. Vendo os seus interesses ameaçados, a elite agrária nacional acostumada a manter seus privilégios durante séculos ora ocupando cargos do poder político, ora influenciando-o por meio do seu poderio econômico, aliou-se a segmentos da elite urbana e da igreja católica para ceifar quaisquer possibilidades de transformação da estrutura agrária brasileira.

Outrossim, no momento em que o governo ditatorial coloca a incorporação dos pacotes da “Revolução Verde” como meta a ser atingida pela agricultura brasileira, havia duas opções a serem tomadas:

1ª) reestruturar a arcaica estrutura fundiária, pautada no latifúndio improdutivo, como fizeram a maioria das nações desenvolvidas já no século XIX, no intuito de fixar a população no meio rural a partir da diversificação produtiva associada à produção agroindustrial como componente de agregação de valor aos produtos agrícolas;

2ª) incorporar o pacote tecnológico na agricultura, “modernizando” o latifúndio para que adquira o *status* de “empresa rural” para a exportação de *commodities*.

Como é sabido por todos os estudiosos da questão agrária brasileira, a segunda opção foi mais “atraente” ao governo ditatorial, haja vista, que estas eram as aspirações das elites econômicas e segmentos políticos que o sustentavam no poder.

No que tange ao Centro-Oeste brasileiro, e conseqüentemente à região Sudoeste do estado de Goiás, a ação dos diferentes governos ditatoriais foram pautadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs), que se desdobraram em diversos programas de desenvolvimento (Programa de Corredores de Exportação; PRODOESTE, POLOCENTRO, PRODECER, dentre outros) que buscavam, dentre outras coisas, melhorar a infra-estrutura básica da região para a atração de investimentos de capitais privados de médio e grande porte, sobretudo para incorporar às áreas de cerrado como centro de excelência de expansão e consolidação da “moderna” agricultura de exportação de *commodities*, tendo a soja como principal esteio do avanço da fronteira agrícola, e o mito do “Brasil: celeiro do mundo” como sustentáculo do novo modelo de produção agrícola, pautado no latifúndio-empresa-rural e na monocultura.

Num panorama de diferentes incentivos governamentais, tanto durante os governos ditatoriais quanto nos governos republicanos que os sucederam, o sudoeste goiano teve a sua dinâmica econômica profundamente alterada, sobretudo a partir de meados da década de 1990 com a consolidação daquilo que os economistas agora passaram a denominar de “agricluster”, como um novo adjetivo dos “antigos” conceitos de Complexo Agroindustrial (adaptação do conceito norte-americano de agribusiness) ou Cadeia Agroindustrial (adaptação do conceito francês de *filiière*), que já se configuravam como modelos analítico-explicativos da expansão do agronegócio brasileiro.

Como toda expansão de capital segue os moldes dos processos de concentração e centralização, logicamente que a agricultura moderna vinculada à produção de *commodities* e/ou outros produtos típicos do agronegócio não se consolidou em todos os 18 municípios que compõem a microrregião do Sudoeste Goiano, delimitada pelo IBGE. A soja tem impulsionado sobretudo a economia de municípios como Rio Verde, Montividiu, Mineiros, Santa Helena de Goiás, Jataí, Chapadão do Céu, ao passo que a cana-de-açúcar tem se territorializado na região a partir do município de Maurilândia e se estendido para a vizinha microrregião do Vale do Rio dos Bois em municípios como Acreúna.

Os mitos e os discursos do agronegócio no sudoeste goiano

Diversos intelectuais têm buscado analisar a expansão do agronegócio no Brasil e os seus desdobramentos para economia e a sociedade brasileira. Ao analisarmos atentamente as diferentes interpretações sobre este processo, encontramos via de regra dois grandes grupos:

1) o primeiro grupo, é composto por àqueles que se vislumbram com os números obtidos pelas exportações agropecuárias e a sua contribuição no *superávit* da balança comercial brasileira. A estes se somam (ou são seus porta-vozes) políticos representantes da bancada ruralista no congresso nacional e diferentes setores da grande mídia que não se cansam de inventar diversas apologias a esse “novo” modelo de desenvolvimento do campo brasileiro.

2) o segundo grupo, é configurado por àqueles que têm buscado interpretar e questionar os efeitos desse modelo que tem se colocado como via única de desenvolvimento do campo brasileiro. A este grupo de intelectuais, se somam diferentes setores da sociedade civil organizada como ONGs e movimentos sociais (sobretudo àqueles vinculados à Via Campesina: MST, MAB, MPA e MMC), que têm colocado a reforma agrária na agenda de compromissos do governo brasileiro, além de questionar os efeitos perversos da expansão do agronegócio para o aumento do abismo social no Brasil e a intensificação da degradação ambiental, sobretudo nas áreas do Cerrado e da Amazônia.

Diante desse dualismo, compreendemos a importância de se questionar os principais mitos e discursos que têm legitimado o avanço e consolidação do agronegócio no sudoeste goiano, como desdobramento do modelo nacional de “desenvolvimento” da agricultura. Para tanto, analisaremos algumas manchetes e trechos de jornais e publicações de divulgação nacional, regional e local.

Iniciaremos a nossa discussão com diversos fragmentos de uma edição especial da Revista Veja de abril de 2004, dedicada ao agronegócio, estampando na reportagem de capa: **“Retratos de um Brasil que dá lucros: como a agricultura e a pecuária se tornaram motores da economia”** .

Ao analisarmos esta manchete estampada na capa, identificamos um dos principais discursos que legitimam o modelo de desenvolvimento da agricultura pautado no agronegócio, colocando-o como sustentáculo da economia nacional. Essa linha de raciocínio é desenvolvida em toda a edição revista, sustentando-se em intelectuais como o agrônomo e ministro da agricultura do governo Lula (2002-2006), Roberto Rodrigues que defende em artigo que o agronegócio é **“o maior negócio do país”**, e o também agrônomo estadunidense, Norman Borlaug, considerado o “pai” da “revolução verde” que defende ostensivamente em entrevista **“que não há saída para a agricultura fora dos transgênicos”**. (Entrevista pgs. 73-75, Veja, Agronegócio, Edição Especial, n. 30, abril de 2004).

Como vemos, aos defensores do agronegócio, o que lhes interessa é a lógica produtivista voltada estritamente para a competitividade dos mercados, em detrimento da capacidade e possibilidades de inserção da produção familiar.

E seguem mostrando números para sustentar seus argumentos:

“O Brasil que planta e colhe dinheiro: como em três décadas, o agronegócio transformou-se no mais importante motor econômico do país”

Sem apontar a origem das informações o autor da matéria nos bombardeia com mais números: **O Agronegócio... movimentava 458 bilhões de reais por ano (um terço do PIB) ... gera 17,7 milhões de empregos (37% do total nacional) ... rende 30 bilhões de dólares em exportações (42% de tudo que Brasil vende lá fora)... Só a carne bovina brasileira é vendida para 110 países e rende 1,5 bilhão de dólares em divisas** (Veja, Agronegócio, Edição Especial n. 30, ano 37, Abril de 2004, p. 14).

A um leitor desavisado ao se deparar com tais cifras volumosas é natural o sentimento de otimismo e aprovação a tal modelo de “desenvolvimento” que vem se territorializando no campo brasileiro. Entretanto, quando analisamos atentamente os números equivalentes aos juros da dívida externa brasileira, caímos na realidade acerca de qual é o verdadeiro sentido das exportações: geração de divisas para o pagamento de dívidas que são auferidas justamente para financiar setores do grande capital nacional e estrangeiro, e obviamente dentre eles, o segmento vinculado ao agronegócio, conforme salienta Oliveira (2003):

“Tomando-se o saldo comercial obtido entre 1985 e 2002, as exportações geraram um superávit comercial de 143,4 bilhões de dólares. Já entre 1995 e 2000, gerou um déficit de 24,3 bilhões de dólares. O saldo líquido do período foi de 119,2 bilhões de dólares. Assim, o chamado pelos neoliberais de “espetacular saldo do agronegócio e das exportações brasileiras” não chegou à metade do montante pago de juros da dívida externa, por isso a dívida cresceu, mesmo sendo paga várias vezes (p. 124).

Visando demonstrar o “boom” do crescimento econômico proporcionado pelo agronegócio no sudoeste goiano a edição da Revista Veja traz um *box* com os seguintes argumentos:

1000% em dez anos:

“Na última safra, o agronegócio injetou mais de 300 milhões de dólares (o equivalente a 1 bilhão de reais) na economia do sudoeste goiano. Principal estrela da constelação de dezoito prósperos municípios que compõem a região, Rio Verde ficou com um terço desse dinheiro. Na última década, a receita do município saltou de 9,6 milhões de reais para 110 milhões – um crescimento de mais de 1000%. (...)”. (Veja, Agronegócio, Edição Especial n. 30, ano 37, Abril de 2004, p. 34).

Contudo, apesar do otimismo demonstrado pelos números, quando visitamos os bairros de periferias dos principais núcleos urbanos do sudoeste goiano, como o bairro Céu Azul em Rio Verde, deparamos com a precariedade dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, sendo muito comum a presença de cisternas de armazenamento d’água de poços perfurados em fundos de quintais ao lado de fossas sépticas que suprem a inexistência da rede de esgotos.

A Revista Exame de outubro de 2002 também dedicou suas atenções em apologias ao crescimento econômico do sudoeste goiano:

“O eldorado goiano: o agricluster transformou a antes modorrenta região de Rio Verde numa das que mais crescem no interior do país”: (Revista Exame, 30 de outubro de 2002).

Observamos que a manchete do jornalista Bruno Blecher, se apropria do conceito de *agricluster* atrelando-o à uma roupagem “moderna”, enquanto ao passado regional foi atribuído a visão estereotipada do adjetivo modorrento. (conforme o Dicionário Aurélio significa estúpido, bronco, obtuso). Sobre a construção de discursos acerca do atraso e do moderno, como prerrogativas da incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde no sudoeste goiano, Ribeiro (2005), observa que:

A concepção do “atraso” é prerrogativa para a elaboração do “moderno” e a formação de uma teoria de (sub)desenvolvimento regional, enquanto justificativa intelectual, tomara lugar central nas rodas acadêmicas e econômicas, apontando a “rusticidade técnica” como a responsável por uma suposta estagnação econômica da região, sendo que só poderia ser superada por meio do conteúdo tecnológico “moderno” da revolução verde, com práticas agrícolas intensivas em tecnologias e em capital. (s/p.)

Arelado ao bombardeio de notícias em diferentes veículos de comunicação, o “bônus” do agronegócio se faz cada vez mais presente no cotidiano do sudoeste goiano. A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO), que conforme já foi enfatizado anteriormente, consiste num dos principais sustentáculos do agronegócio regional - por ser a primeira unidade agroindustrial de Goiás voltada ao processamento da soja - tem centrado todos seus esforços para fortalecer o padrão produtivo atual, haja vista que em 2004 inseriu a região no circuito nacional da *Agrishow*, a partir da realização desta feira no município de Rio Verde, numa fazenda experimental da Cooperativa denominada CTC (Centro Tecnológico Comigo).

A *Agrishow*, que originalmente era desenvolvida apenas no município de Ribeirão Preto-SP, agora passa a ter edições também Rio Verde-GO, Rondonópolis-MT e Luis Eduardo Magalhães-BA, que se configuram em eixos dinâmicos do processo de territorialização do agronegócio nas áreas de cerrado do Centro-Oeste e do Nordeste brasileiro.

A despeito da segunda edição da *Agrishow* Comigo, assim se pronunciou um dos jornais do sudoeste goiano:

“Vai começar o show do agronegócio brasileiro”

“Só para se ter uma idéia serão mais de 300 demonstrações de campo com uma expectativa de 45 mil visitantes de diversos estados e países. Já estão confirmados 200 estandes com expositores trazendo as grandes novidades do mercado. Serão mais de 400 marcas e produtos em destaque. Tudo isso em uma área de 55 mil metros quadrados de área de exposição e 40 hectares para demonstração além de 70 mil metros quadrados de área para estacionamento”. (Gazeta de Goiás. Ano 1, n. 2, 5 a 15 de abril de 2005).

A descrição do evento, fala *per se* dos objetivos explícitos da feira, bem como o seu público alvo. Logicamente que não faz nenhum sentido, a participação de pequenos produtores familiares.

Isto denota o perfil excludente do modelo de desenvolvimento do campo pautado na expansão do agronegócio. Fernandes (2005) aponta que:

“O agronegócio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território, como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional” (p. 13)

Um mito da construção ideológica do agronegócio apontado por Fernandes (2005), consiste na sua capacidade de convencimento da sociedade de que todos os números veiculados pela mídia são exclusivamente de sua responsabilidade, quando na verdade, a maioria dos produtos voltados para o abastecimento do mercado interno, principalmente de gêneros alimentícios, é produzida por unidades de produção agrícola familiar, ao passo que os produtos do agronegócio são majoritariamente destinados às exportações.

Enquanto o modelo do agronegócio, se apresenta como via única de desenvolvimento da agricultura no campo, alguns movimentos sociais como MST têm buscado provar que o desenvolvimento do

campo não deve e não pode seguir somente essa via única. Esse é um modelo que exclui ao incorporar as diversas tecnologias (do simples trator à colheitadeira orientada via satélite; da semente híbrida às sementes transgênicas controladas por multinacionais como a Cargill, Monsanto, dentre outras) e se submeter à lógica produtivista e competitiva do capital internacional.

Para não concluir

Assim, quando analisamos o território do sudoeste goiano, observamos um paradoxo: de um lado, a expansão de modernas formas de produção agrícola com base nas empresas rurais bem como as unidades agroindústrias altamente tecnificadas e competitivas que via de regra, usufruem diferenciadas políticas de incentivo à produção e circulação de seus produtos e mercadorias; e de outro lado, a intensificação da luta pela terra e o conseqüente acirramento do debate acerca da questão fundiária e da reforma agrária.

Do ponto de vista da expansão do agronegócio, observamos a construção de mitos que legitimam cada vez mais um modelo de desenvolvimento da agricultura, pautado no subsídio da agricultura patronal visando a intensificação das exportações, sob a perspectiva de que o agronegócio corresponde a mais de 30% do PIB brasileiro. Contraditoriamente, sob penas das exportações do agronegócio, o país tem aumentando a pauta das importações de produtos que compõem a base da alimentação da sociedade, como o arroz e o feijão. “É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar”. (OLIVEIRA, 2003, p. 120).

Torna-se relevante à ampliação do debate em torno dos caminhos a serem percorridos pela nação brasileira: se uma economia segmentada e dependente das exportações do agronegócio ou se uma nação integrada econômica e socialmente com base na valorização da produção familiar no campo a partir da distribuição da terra e da criação de novas oportunidades para vislumbrar o espaço rural além da esfera da *produção econômica*: como espaço de *reprodução social*.

Bibliografia

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. (Trad. Rubens Galves Merino). 1ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

DUARTE, Laura M G; THEODORO, Suzi H. **Dilemas do cerrado**: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 'Agronegócio e Reforma Agrária'. In: **O mito do agronegócio e a agricultura camponesa**. Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, Brasília, 2005. pp. 11-16.

FRANÇA, Levy R. de; FERNANDES FILHO, José F. "A Evolução da Avicultura de Corte em Goiás". In: PEREIRA, Sebastião L; XAVIER, Clésio L. (Orgs.) **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

GONÇALES, Claudécir. “A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) e o Desenvolvimento da Região de Rio Verde-GO.” In: PEREIRA, Sebastião L; XAVIER, Clésio L. (Orgs.) **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

LACERDA JÚNIOR, Benjamin. “Algumas reflexões sobre as relações de poder e uso do território no município de Rio Verde-GO”. In: **RVEconomia**. Ano 6. N. 13, nov/2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 19, v.2, n.21, p. 113-156, jul/dez, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre**. AGB, ano 19 – vol. 2, n. 21, jul/dez. 2003. pp. 113-156.

RIBEIRO, Dinalva D. **AGRICULTURA “CAIFICADA” NO SUDOESTE DE GOIÁS**: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental. Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense-RJ, 2005